

O FIM DO MOMENTO UNIPOLAR: O DEBATE ACERCA DO DECLÍNIO DOS ESTADOS UNIDOS

THE END OF THE UNIPOLAR MOMENT: THE DEBATE ABOUT THE AMERICAN DECLINE

Gustavo Resende Mendonça¹

RESUMO

O possível declínio do poder norte-americano é um dos temas fundamentais das Relações Internacionais contemporâneas. O Presente artigo busca analisar o atual debate acerca do declínio do império americano e definir as características centrais das duas correntes de pensamento sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE:

Estados Unidos, China, Equilíbrio de poder

ABSTRACT

The alleged decline of the american power is one of the most important issues of the modern International Relations. This paper seeks to analyze the current debate about the decline of the american empire and to define the basic features of the two main positions about the issue.

PALAVRAS-CHAVE:

United States, China, Balance of Power

No início da década de 1990, a euforia derivada do fim da Guerra Fria havia dominado a opinião pública e os tomadores de decisão norte-americanos. Charles Krauthammer foi quem melhor encapsulou o espírito da época ao cunhar o termo “momento unipolar”, que resumia a posição dos Estados Unidos no topo da hierarquia de poder internacional (HOOK, 2010, 184). Outros observadores descreveram os Estados Unidos como “a superpotência solitária”, “a hiperpotência” ou “a nação indispensável (KAGAN, 2012: 122). A percepção de que a vitória na Guerra Fria havia assegurado a disseminação do capitalismo

¹ Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, gerente do núcleo de estatística da Divisão de Informação Comercial do Ministério das Relações Exteriores. Contato: Gustavo.mendonca@itamaraty.gov.br

liberal era praticamente consensual. Por outro lado, a década de 1990 também foi marcada pelo ceticismo acerca do crescimento econômico chinês. Em 1999, Gerald Segal publicou um artigo de grande repercussão com o título de “A China importa?”, no qual o autor concluía que “o reino do meio está condenado a ser uma potência média” (SEGAL, 1999:3). Em síntese, nos últimos anos do século XX, o poder norte-americano praticamente não era passível de contestação.

Trinta anos após o Fim da Guerra Fria, o momento unipolar parece ter findado. Stephen Walt enuncia enfaticamente “o fim da era americana” (WALT, 2012: 6), enquanto Charles Kupchan declara “o ocaso da primazia ocidental” (KUPCHAN, 2012: 85) e Arvind Subramanian avalia que “a transferência de poder (dos Estados Unidos para a China) está completa (SUBRAMANIAN, 2012: 3). Se outrora expressões como “o fim da história”, “o consenso de Washington” e “unipolaridade” dominavam o léxico das Relações Internacionais, atualmente, “o mundo pós-americano” (ZAKARIA, 2008: 11), “o mundo pós-ocidental” e “o consenso de Beijing” (HALPER, 2010: 20) são os jargões mais utilizados. A aceitação do declínio também é corrente entre o público norte-americano: uma recente pesquisa do instituto *Gallup* demonstra que 52% dos estadunidenses acreditam que a China já é a maior economia global (CHU, 2012:1). A percepção quase generalizada é de que, não apenas a hegemonia norte-americana soçobrou, mas de que o livre-mercado encontra-se em declínio e o longo ciclo de dominação ocidental chegou ao seu crepúsculo.

No entanto, da mesma forma que as previsões acerca do “fim da história” não se concretizaram, constatações da chegada do “mundo pós-americano” podem ser mostrar prematuras. Diversas vozes dissidentes enfatizam a natureza duradoura do poder norte-americano e as fragilidades dos eventuais concorrentes geoestratégicos dos Estados Unidos. Ian Bremmer enuncia que “qualquer avaliação que refute a possibilidade de uma recuperação dos Estados Unidos simplesmente desconsidera a história” (BREMNER, 2012:185). Robert Kagan argumenta que o único perigo real para a hegemonia norte-americana é o chamado “suicídio da superpotência”, no qual os Estados Unidos abandonariam suas responsabilidades internacionais devido a uma crença (equivocada) na diminuição de suas capacidades (KAGAN, 2012:133). Para Joseph Nye, narrativas sobre o declínio dos Estados Unidos não são acuradas e podem levar a perigosas opções de política externa (NYE, 2010: 11).

O presente artigo, de caráter exploratório, tem como objetivo oferecer um panorama do debate acerca do declínio hegemônico norte-americano e da ascensão da China como novo centro de poder mundial. Os fatos objetivos que corroboram a percepção do fim da hegemonia norte-americana serão avaliados na primeira sessão. Posteriormente, as duas correntes - declinista e antideclinista - serão analisadas. Por fim, as conclusões da presente análise serão apresentadas.

1) O gigante ferido: o início do declínio do império americano

De maneira simplista, três fenômenos ensejam o declínio da hegemonia norte-americana: a crise de legitimidade, a fragilidade econômico-institucional e a ascensão de novos concorrentes estratégicos. A presente sessão tem como objetivo elaborar de forma sintética as principais características dos três fenômenos e demonstrar como eles se intensificaram no início do século XXI.

Em retrospectiva, é possível estabelecer, não sem prejuízo de erro, que o apogeu do poder norte-americano se deu em meados de 2001. No final daquele ano, os três fenômenos deletérios à hegemonia norte-americana ganharam considerável força. Em primeiro lugar, os atentados de 11 de setembro ensejaram uma resposta política por parte da administração Bush que solapou a legitimidade da liderança internacional dos Estados Unidos e evidenciou a ineficácia de diversas organizações internacionais multilaterais que, em última instância, são uma manifestação da ordem internacional capitaneada pelos Estados Unidos. Em segundo lugar, os problemas da economia e da política doméstica norte-americana tornaram-se mais evidentes a partir de 2001. O déficit fiscal norte-americano ganhou considerável força com os cortes tributários realizados pela gestão Bush (em 2001 e 2003) e pelas respostas militares aos ataques de 11 de setembro (ALTMAN, 2010: 25). De forma análoga, a polarização política ganhou força nos Estados Unidos após o 11 de setembro. Finalmente, em novembro de 2001, Jim O'Neil, economista britânico da Goldman Sachs, cunhou o acrônimo BRICS, fato que ajudou a despertar o interesse internacional para os mercados emergentes e para a "ascensão do resto" (O'NEILL, 2012: 22).

1.1) A crise na ordem internacional

O primeiro sinal do declínio da hegemonia norte-americana se deu imediatamente após os ataques terroristas de 11 de setembro. Confrontada com novas formas de ameaça à segurança dos Estados Unidos, a administração Bush empreendeu uma radical mudança na grande estratégia externa norte-americana (IKENBERRY, 2011:254). O centro da doutrina Bush consistia na prerrogativa de ação unilateral na defesa da segurança do país e no combate às ameaças – reais ou percebidas – aos interesses dos Estados Unidos (IKENBERRY, 2011: 255). Além da prerrogativa de ação unilateral, a doutrina Bush advogava a intervenção militar preventiva, o alcance global dos interesses de segurança dos Estados Unidos e a definição da qualidade dos relacionamentos dos Estados Unidos baseada na cooperação na Guerra ao terror (HALPER, 2010: 231). Colin Dueck, analista conservador de política externa, definiu a política externa de Bush como uma combinação de nacionalismo e intervencionismo, duas características com limitado apelo internacional (DUECK, 2010: 266).

A visão de Bush se provou insustentável e impopular internacionalmente (IKENBERRY, 2011: 270). O sistema internacional foi rapidamente galvanizado em dois blocos: os aliados norte-americanos e seus inimigos. Bush moveu a hegemonia norte-americana cada vez mais em direção a uma hierarquia imperial baseada na coerção (LAKE, 2010: 180). Uma das concepções básicas da estratégia externa da gestão Bush é que os Estados Unidos estariam acima das normas e leis internacionais, embora os Estados Unidos esperassem que as demais potências respeitassem o direito internacional (IKENBERRY, 2011: 268). Como resultado, a ordem internacional – baseada em valores e leis comuns – perdeu espaço para uma nova concepção de hierarquia calcada na força.

É importante destacar que o enfraquecimento da ordem internacional, em última instância, prejudicou a projeção de poder dos Estados Unidos. David Lake observa que a ordem internacional, erguida com base nos valores dos Estados Unidos, proporcionou estabilidade e disseminação dos valores do capitalismo liberal, de forma que o avanço dos interesses econômicos dos Estados Unidos se tornou mais simples (LAKE, 2010: 178). John Ikenberry avalia que a ordem internacional ajudou a legitimar a liderança dos Estados Unidos e impediu que outras potências forjassem uma aliança contra-hegemônica (IKENBERRY, 2011: 278). Stefan Halper observa que o unilateralismo norte-americano prejudicou sistematicamente a habilidade norte-americana de influenciar seus aliados e favoreceu o crescimento da influência da China nas nações em desenvolvimento (HALPER, 2010: 232). Em síntese, os Estados Unidos são os principais beneficiados pela ordem internacional vigente. Ao solapar as bases da ordem internacional, a estratégia internacional da gestão Bush atentou, em última instância, contra os próprios recursos de poder norte-americanos.

1.2) O panorama doméstico

A) O titã acorrentado: dívida, desigualdade e desemprego

A maioria das narrativas históricas sobre o declínio do poder norte-americano se foca nos problemas econômicos do gigante ocidental (JOFFE, 2009: 25). Na década de 1960, o modelo econômico planificado da União soviética parecia mais racional e eficiente que o capitalismo liberal norte-americano, fato que levou ao economista Paul Samuelson a prever, em 1961, que a economia soviética superaria a norte-americana em 1984 (ACEMOGLU, 2012: 101). Na década de 1970, a dependência energética, os crescentes déficits comerciais, a queda das reservas em ouro e o aumento do gasto com programas de bem-estar pareciam sinais do colapso da hegemonia econômica dos EUA (KAGAN, 2012: 119). Posteriormente, o modelo econômico japonês, calcado no planejamento e na

intervenção estatal, aparentava ser amplamente superior ao capitalismo de livre-mercado dos Estados Unidos (JOFFE, 2009: 21). As três previsões se mostraram precipitadas, especialmente após o fim da Guerra Fria e a estagnação econômica do Japão. Atualmente, no entanto, novas profecias sobre colapso econômico voltaram ao centro do debate sobre o declínio do poder estadunidense.

Uma das fraquezas estruturais mais relevantes da economia norte-americana é o expressivo déficit federal. A dívida pública do governo dos Estados Unidos triplicou na década passada, ao saltar de US\$ 3,5 trilhões (ou 35% do PIB dos EUA) para US\$ 9,0 trilhões (62% do PIB) entre 2000 e 2010 (ALTMAN, 2010: 27). Estima-se que o déficit público norte-americano tenha somado US\$ 14 trilhões em 2011 (90% do PIB), maior valor desde o fim da Segunda Guerra Mundial (KUPCHAN, 2012:77). Segundo projeções, a dívida norte-americana pode atingir 100% do PIB em 2020 e 190% em 2035, mantidos os atuais padrões de despesa e receita (LAYNE, 2012: 27). A primeira consequência de um déficit tão elevado é um aumento na taxa de juros. Roger Altman e Richard Haas calculam que o custo dos juros elevados e do refinanciamento da dívida podem rapidamente superar US\$ 5 trilhões ao ano (ALTMAN, 2010: 27). Marin Jacques avalia que os serviços da dívida pública norte-americana superarão os gastos com defesa em algum ponto da década de 2030 (JACQUES, 2012: 625).

Do ponto de vista da projeção de poder, o déficit público elevado tem duas consequências para os Estados Unidos. Em primeiro lugar, a austeridade deve afetar o orçamento da defesa, da inteligência, da ajuda externa e da segurança doméstica. A restrição orçamentária começou seus efeitos sobre a política externa já em 2011, quando o orçamento do Departamento de Estado foi reduzido em US\$ 8,5 bilhões (NYE, 2011:1). A defesa deve sofrer cortes ainda maiores, uma vez que representa cerca de 15% do orçamento federal dos EUA e aproximadamente 5% do PIB do país (ALTMAN, 2010: 30). Em segundo lugar, o alto endividamento aumenta a vulnerabilidade externa norte-americana, especialmente porque 50% dos ativos da dívida pública são controlados por estrangeiros (KUPCHAN, 2012: 77). Cerca de um quarto da dívida pública dos EUA é controlado pela China, fato que gera temor entre os analistas de política externa. Especula-se que a China pode usar os ativos da dívida pública norte-americana como ferramenta política, impedindo que os EUA ajam em questões controversas, como Taiwan ou promoção da democracia (ALTMAN, 2010: 31).

O alto endividamento pode ter repercussões mais amplas para o poder norte-americano. O historiador Niall Ferguson argumenta que crises fiscais são a principal causa do colapso de grandes impérios (FERGUSON, 2010: 29). Segundo o autor, o problema fiscal nos Estados Unidos pode comprometer a confiança internacional na economia norte-americana. Envolta em um clima

de temor e desconfiança, até mesmo pequenos eventos – como a quebra de um banco – podem precipitar o fim do complexo sistema imperial norte-americano (FERGUSON, 2010: 32). O alto endividamento também compromete o valor do dólar como reserva internacional e acelera a ascensão do *Reimibi* no sistema financeiro internacional (JACQUES, 2012: 625).

Embora o endividamento seja o problema mais proeminente da economia norte-americana, não é único. Arvind Subramanian argumenta que a desigualdade econômica crescente e a estagnação da renda da classe média podem ter um efeito mais grave sobre economia norte-americana do que o problema fiscal (SUBRAMANIAN, 2011: 189). Na primeira década do século XXI, a renda da classe média norte-americana decresceu 5%, a queda foi ainda maior - cerca de 10% - nas regiões dependentes da indústria (KUPCHAN, 2012: 161). Uma análise mais ampla demonstra a dimensão do problema da desigualdade: entre 1979 e 2006, a renda da população pobre dos EUA cresceu 11%, a renda da classe média aumentou 21% e os ganhos dos ricos foram ampliados em 256% (PACKER, 2011: 29). Em outros termos: de cada dólar aumentado na renda dos americanos desde 1976, 58 centavos ficaram com o 1% mais rico da população (JACQUES, 2012: 626). Atualmente, os Estados Unidos são o país mais desigual entre as nações desenvolvidas (KUPCHAN, 2012: 161), com uma concentração de renda duas vezes superior à Alemanha (SPENCE, 2011: 40).

Por fim, o desemprego e as distorções causadas pela globalização são duas mazelas inter-relacionadas que afetam a economia dos Estados Unidos. Michael Spence, laureado com o prêmio Nobel de economia em 2001, aponta para uma grave deficiência estrutural da economia norte-americana: os setores mais internacionalizados, modernos e eficientes geram cada vez menos empregos, embora sua receita seja cada vez maior. Por outro lado, os setores mais focados no mercado doméstico e mais tradicionais foram responsáveis pela geração de 98% dos novos empregos criados pela economia dos EUA entre 1990 e 2008 (SPENCE, 2011: 29). No entanto, a produtividade nesses setores tradicionais cresceu apenas 12%, enquanto a produtividade nas indústrias avançadas cresceu 52% (SPENCE, 2011: 31). Em síntese: a globalização gerou um padrão na economia no qual os empregos especializados pagam cada vez melhor, mas são mais raros, enquanto os empregos tradicionais pagam menos e são os responsáveis pela maior parte da criação de novas oportunidades. O problema é que a crise internacional e a competição com a mão de obra dos países em desenvolvimento solapou a capacidade das indústrias tradicionais de gerar empregos. O resultado é uma alta na taxa de desemprego (que dobrou após 2008) e uma aceleração da concentração de renda. Spence argumenta que o novo padrão produtivo (marcado pelo desemprego e pela concentração de renda) pode não desaparecer após a recuperação da crise internacional (SPENCE, 2011: 35).

B) A era da ideologia: crise na democracia norte-americana

Embora os problemas econômicos norte-americanos sejam substanciais, ainda mais preocupante é a incapacidade de gestão do sistema político dos Estados Unidos. Segundo inúmeros analistas, ações bipartidárias e moderação política são práticas que simplesmente desapareceram da política doméstica norte-americana. Roger Altman e Richard Haas entendem que o recrudescimento da divisão ideológica entre os dois partidos é um fenômeno recente, originado na gestão de George W. Bush (ALTMAN, 2010: 26). Chales Kupchan observa que o fim da Guerra Fria e os embates travados entre o Congresso controlado pelos republicanos e a presidência de Bill Clinton polarizaram significativamente a política dos EUA (KUPCHAN, 2012: 159). George Packer argumenta que a origem do problema é mais remota: durante era Reagan, quando o sistema político norte-americana tornou-se mais vulnerável ao *lobby* e ao populismo (PACKER, 2011: 25). Não obstante divergências a cerca de quando o período de paralisia partidária surgiu, grande parte dos EUA perdeu a fé no sistema político de sua nação e teme que seja impossível restaurar a saúde da democracia do país (BREMNER, 2012: 66).

As consequências da era da ideologia são diversas. Do ponto de vista fiscal, a polarização partidária abriu caminho para o endividamento: Democratas, cada vez mais à esquerda, demandaram um aumento nos gastos públicos, enquanto republicanos, progressivamente mais conservadores, diminuíram a receita pública ao promover cortes tributários para os mais ricos (ALTMAN, 2010:26). O controle fiscal era fruto de um compromisso bipartidário, quando o bipartidarismo colapsou, a dívida pública escalou rapidamente. Segundo George Packer, a concentração de renda está intimamente associada ao péssimo estado da democracia norte-americana (PACKER, 2011:30). De acordo com o jornalista, as regras para o financiamento das campanhas, a ascensão do jornalismo político parcial e o crescimento do poder dos lobbies geraram uma política fragmentada, na qual grupos de interesse prosperam (PACKER, 2011:25). O resultado desse processo é o surgimento de instituições que só funcionam para os ricos e politicamente relevantes.

A era da ideologia também solapa a capacidade de projeção de poder dos Estados Unidos. A falta de concordância bipartidária nos temas mais elementares torna a movimentação externa norte-americana errática e instável (KUPCHAN, 2012: 66). Charles Kupchan avalia que a política externa da gestão Obama é caracterizada por uma brusca mudança em relação ao seu antecessor, tanto em substância, quanto em estilo (KUPCHAN, 2012: 167). O autor avalia que uma nova presidência poderia gerar uma nova mudança no estilo das relações internacionais dos Estados Unidos igualmente brusca. A falta de consistência da

política externa norte-americana é especialmente preocupante se comparada com a abordagem chinesa, caracterizada por um projeto estável realizado ao longo de trinta anos (ECONOMY, 2010: 150). Para Martin Jaques, enquanto a política externa chinesa é caracterizada pelo pensamento estratégico de longo prazo, o Ocidente possui uma fixação com o curto prazo (JACQUES, 2012: 622).

Por fim, a polarização do sistema político norte-americano prejudica a projeção de *Soft Power* do gigante ocidental. O fim da Guerra Fria ensejou uma celebração da superioridade do modelo democrático e liberal ocidental. No entanto, como afirma o jornalista Richard McGregor, o Partido Comunista Chinês (PCC) se mostrou mais eficiente do que os governos da Europa e dos Estados Unidos na gestão da crise internacional de 2008 (McGREGOR, 2010: 264). McGregor, em um amplo estudo sobre o funcionamento do PCC, avalia que a principal virtude do Partido Comunista da China foi se mostrar adaptável às mudanças da economia internacional e, ao mesmo tempo, convencer a população chinesa da viabilidade econômica de um regime de um só partido (McGREGOR, 2010: 270). Stefan Halper avalia que o modelo chinês tem ganhado crescente apoio ao combinar a eficiência econômica do capitalismo e a estabilidade do autoritarismo (HALPER, 2010: 126). Para Martin Jacques, a crise internacional mergulhou o governo Norte-Americano em um estado de paralisia, alimentada pela polarização política da sociedade dos Estados Unidos (JACQUES, 2012: 623). Enquanto a China se apresenta internacionalmente como uma potência decidida e eficiente, cada vez mais o modelo democrático dos Estados Unidos parece esclerosado e incapaz de promover a unidade nacional.

1.3) A ascensão do resto e o espectro chinês

A expressão popular “ascensão do resto” encapsula um dos fatos mais importantes das relações internacionais contemporâneas: o rápido crescimento econômico de grandes nações em desenvolvimento e, como consequência, o deslocamento do dinamismo da economia internacional em direção à periferia (SUBRAMANIAN, 2010: 72). Embora a “ascensão do resto” seja um fenômeno evidente para o observador contemporâneo – manifesto diariamente em uma plethora de meios de comunicação -, a expansão dos mercados emergentes era uma realidade relativamente ignorada até o início da década passada. Em 2001, quando Jim O’Neill, analista de investimentos da Goldman Sachs, criou o termo BRICs para expressar o conjunto de mercados que seria responsável pela maior parte do crescimento futuro da economia internacional, suas observações foram largamente ignoradas (O’NEILL, 2012: 12).

Uma década após a criação do acrônimo BRICs, no entanto, o dinamismo dos grandes mercados emergentes parece inegável, especialmente no contexto da

letargia econômica do Norte. Entre 2001 e 2011, o PIB dos BRICs quadruplicou, fato que tornou o agregado de nações responsável por cerca de um terço do crescimento econômico global (O'NEILL, 2012: 14). Devido à crise financeira de 2008, às condições demográficas, aos rápidos ganhos de produtividade nos mercados emergentes e às dificuldades das economias do Norte, espera-se que os BRICs logrem um espaço cada vez maior na economia internacional, superando o PIB total do G-7 em 2039 (O'NEILL, 2012: 14). Os BRICs também se converterão no motor de crescimento da economia global: estima-se que 60% da expansão da economia internacional nas próximas quatro décadas será oriunda desses países (DADUSH, 2011: 47). Segundo o Banco Mundial, os mercados emergentes em geral crescerão a uma média anual de 4,7% até 2025, enquanto as nações desenvolvidas terão expansão média de 2,3% (JACQUES, 2012: 604). As conquistas dos BRICs são tão impactantes que O'Neill advoga o abandono do termo "mercados emergentes" em favor da expressão "mercados de crescimento", com o intuito de evidenciar a maturidade das economias dos quatro grandes países em desenvolvimento (O'NEILL, 2012: 35).

Dentre os mercados de crescimento, destaca-se a China, o principal competidor estratégico dos Estados Unidos. O crescimento chinês, sustentado a mais de três décadas, é um dos principais fenômenos da economia internacional contemporânea. Não obstante alguma controvérsia, parece relativamente certo que a economia chinesa se tornará a maior do mundo em algum momento dos próximos vinte anos: a *Goldman Sachs* prevê que isso ocorrerá em 2027 (O'NEILL, 2012: 12), a empresa de consultoria internacional PricewaterhouseCoopers estima o ano de 2025, enquanto a OCDE analisa que em 2020 o PIB chinês se tornará o maior do mundo (MORRIS, 2010: 582). A estimativa da revista *Economist* posiciona a ascensão chinesa ainda mais cedo: em 2018 (JACQUES, 2012: 631). Arvind Subramanian constata, de forma controversa, que o PIB chinês já é maior que o norte-americano e que a era da dominação econômica asiática já teve início (SUBRAMANIAN, 2011: 84). Segundo o economista, o valor do produto interno bruto chinês divulgado nas estatísticas internacionais está subestimado, enquanto a inflação encontra-se superestimada. Com as duas correções realizadas, o PIB chinês atualmente soma US\$ 14,8 trilhões, enquanto a economia norte-americana totaliza US\$ 14,7 trilhões (SUBRAMANIAN, 2011: 85).

2) A Potência restaurada: o anti-declinismo e o novo século americano

Uma perspectiva sobre o declínio do poderio norte-americano consiste em enfatizar a solidez da hegemonia dos Estados Unidos. Segundo essa corrente de pensamento, definida no presente estudo como antideclinista, os Estados Unidos se defrontam com sérios desafios estratégicos e econômicos, mas

seguirão no ápice da hierarquia de poder internacional (LIEBER, 2011: 23). Os antideclinistas argumentam – corretamente – que previsões de declínio e colapso são constantes na história dos Estados Unidos. Segundo Josef Joffe, o pessimismo é uma tradição política fortemente enraizada na cultura norte-americana desde a fundação das treze colônias originais (JOFFE, 2009: 24). O autor avalia que surtos fatalistas surgem a cada dez anos desde o fim da Segunda Guerra Mundial, sem jamais se concretizarem (JOFFE, 2009:23). De forma análoga, Robert Lieber delimita cinco momentos históricos marcados por previsões acerca do fim do império norte-americano: após o lançamento do Sputnik (1957-58), com o fim do padrão ouro de Bretton Woods (1971), após o primeiro choque do petróleo (1973), depois do escândalo de Watergate e do fim da Guerra do Vietnã (1979) e com o crescimento da competição japonesa e a queda na bolsa de valores de 1987 (LIEBER, 2011:24). Poucos anos após o último surto fatalista, os Estados Unidos triunfaram na Guerra Fria e o Japão foi tomado por um longo período de letargia demográfica e estagnação econômica. Em síntese, previsões sobre o declínio do poder norte-americano são tão freqüentes quanto incorretas.

Frente aos desafios econômicos enfrentados pelos Estados Unidos, os antideclinistas ressaltam a grande assimetria de poder econômico entre o gigante ocidental e os demais atores internacionais. Enquanto a “ascensão do resto” corroeu a participação da Europa e do Japão na economia internacional, os Estados Unidos têm se mantido estáveis como provedor de um quinto do PIB mundial, participação que sustentam desde 1970 (LIEBER, 2011: 33). A renda *per capita* dos EUA (US\$ 47.000) é a maior entre as grandes potências, superando a Alemanha (US\$ 44.000) e o Japão (US\$ 38.000), enquanto China (US\$ 2.900) e Índia (US\$ 1.000) têm apenas uma fração do bem-estar dos norte-americanos (JOFFE, 2009: 25). Os EUA também são amplamente dominantes em pesquisa e desenvolvimento: das vinte melhores universidades mundiais, 17 são norte-americanas (JOFFE, 2009: 30). Enquanto a China gasta 2,0% do seu PIB em educação, os Estados Unidos investem 6,0% (JOFFE, 2009:30). O percentual de investimento em P&D nos EUA também é o dobro do seu equivalente chinês, de forma que os EUA parecem bem-equipados para manter sua supremacia tecnológica (JOFFE, 2009: 31).

As evidências da longevidade do poder americano são ainda mais contundentes no campo estratégico-militar, argumentam os antideclinistas. Segundo dados do Centro de Pesquisas sobre a Paz Internacional de Estocolmo, o orçamento militar dos Estados Unidos (US\$ 711 bilhões) foi cinco vezes superior ao da China (US\$ 129 bilhões) em 2011. De fato, os gastos militares dos Estados Unidos são amplamente superiores ao orçamento militar de todas as outras potências combinadas, a marinha norte-americana é maior do que a frota das dezessete outras grandes potências navais somadas e os Estados Unidos

são o único país a possuir uma rede global de bases (JOFFE, 2009: 26). Tamaña preponderância é realizada com pouco esforço econômico: os gastos com defesa equivalem atualmente a 4,9% do PIB dos Estados Unidos, valor inferior à média da Guerra Fria: 8,7% na década de 1960 e 5,9% na década de 1970 (LIEBER, 2011: 27). Os Estados Unidos também são a única potência a contar com uma extensa rede de alianças militares -que inclui a Europa, a Austrália e o Japão -, um claro contraste em relação à China, que realiza suas ações militares praticamente sem aliados (KAGAN, 2012: 52). Segundo John Ikenberry, os Estados Unidos possuem 63 parceiros em alianças militares formais, enquanto a China tem apenas um (IKENBERRY, 2011: 238).

Segundo os antideclinistas, o grande erro da corrente fatalista consiste em uma avaliação incorreta do passado norte-americano e da capacidade dos EUA de projeção de poder. Os advogados do declínio confundem poder e influência, de forma que a inabilidade norte-americana de lograr alguns de seus objetivos de política externa não equivale ao fim do império norte-americano. Ian Bremmer, por exemplo, argumenta que o fracasso da Conferência Climática de Copenhague em 2009 é uma prova irrefutável do declínio do poder dos Estados Unidos, uma vez que o país foi incapaz de persuadir outras nações a firmar um acordo abrangente (BREMNER, 2012: 9). Robert Lieber, no entanto, afirma que, mesmo no pináculo de sua potência, os Estados Unidos nunca foram capazes de realizar todos os seus desígnios externos (LIEBER, 2011: 27). Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos não impediram a vitória comunista na China (1949), não evitaram a Guerra da Coreia (1950-1953), não solaparam a revolução cubana (1959), fracassaram na operação da Baía dos Porcos (1961), não impediram o cartel internacional de produtores de petróleo de iniciar o primeiro choque do petróleo (1973), não controlaram os resultados da revolução iraniana (1979), não evitaram os ataques terroristas no Líbano contra alvos americanos (1983), não impediram o massacre na Somália (1993) e, finalmente, não frustraram os atentados de onze de setembro de 2001. É difícil argumentar que os fracassos de política externa descritos acima sejam menores do que o resultado das negociações em Copenhague, embora todos tenham ocorrido em momentos nos quais o poder dos Estados Unidos encontrava-se em seu auge (LIEBER, 2011: 28). Joseph Nye, de forma similar, argumenta que as dificuldades norte-americanas no Afeganistão e Iraque encontram paralelo na Guerra da Coreia e do Vietnã, de forma que a crença no declínio tem uma relação maior com a psicologia do que com a distribuição de poder (NYE, 2010: 4). Em resumo, pequenos fracassos na política externa norte-americana não solapam o papel do país como grande provedor de bens comuns internacionais, como a segurança dos mares e o funcionamento das instituições de governança internacional (LIEBER, 2011: 29).

De forma análoga, os problemas institucionais norte-americanos não são nenhuma anomalia histórica e sempre foram contornados pelo modelo democrático do país. Joseph Nye pondera que as batalhas culturais travadas na democracia norte-americana contemporânea empalidecem frente aos desafios do passado, como o McCartismo e os conflitos por direitos civis (NYE, 2010: 5). Da mesma forma, Rober Kagan avalia que o sistema político norte-americano foi acometido pela esclerose e polarização em diversas ocasiões históricas, como a Grande Depressão e a Guerra do Vietnã, mas sempre foi capaz de se reinventar e superar os desafios (KAGAN, 2012:131). Segundo Robert Lieber, o amargo debate partidário não é nenhuma novidade na vida política norte-americana e pode, discutivelmente, ser encontrado desde a fundação do país (LIEBER, 2011: 28). Robert Keohane sintetiza o argumento de forma eficaz: democracias são mais estáveis do que autocracias, por mais que as últimas simulem harmonia e consenso, as primeiras são dotadas de singular capacidade de acomodação, adaptação e reinvenção (KEOHANE, 2012: 118). A avaliação dos autores é clara: embora existam desafios e necessidade de reforma, paralelos entre a democracia norte-americana e o império romano parecem prematuros.

Por fim, a China, principal competidor estratégico dos Estados Unidos, também encontra sérios desafios para consolidar seu papel como superpotência. A principal variável na equação de poder da China é a estabilidade do PCC e do regime comunista (NYE, 2010: 4). Embora o PCC tenha demonstrado excepcional eficiência em assegurar sua continuidade no poder, reformas democráticas e crises políticas não podem ser descartadas, especialmente se considerada a conflituosa relação que a China mantém com suas minorias no Tibete e em Xinjiang (HALPER, 2010: 180). A China possui um sério problema demográfico: sua população economicamente ativa começou a declinar em 2011 e a participação dos idosos no total da população tem crescido rapidamente (PEI, 2012: 1). Estima-se que a parcela de chineses com mais de 65 anos vai crescer de 8,6% (2010) para 14,3% (2025), fato que colocará pressão sobre o precário sistema previdenciário e que tornará a mão-de-obra mais cara. Além disso, estima-se que a poluição e problemas ambientais de ordem geral consomem anualmente 8% do PIB chinês (PEI, 2012: 2). A China gera anualmente mais poluição do que os Estados Unidos e a Europa somados, de forma que cinco das dez cidades mais poluídas do mundo são chinesas (HALPER, 2010: 166). É provável que as consequências da poluição se tornem ainda mais evidentes conforme o desenvolvimento chinês evolua. É relevante destacar que, ao contrário dos Estados Unidos, a China deve lidar com importantes rivais estratégicos em sua região. Índia, Japão e Taiwan têm importantes razões para tentar contrabalancear o poder chinês (KAGAN, 2012: 110). Uma forte aliança entre os Estados Unidos e os rivais asiáticos da China

pode obrigar o PCC a atuar de forma responsável e consentânea com a ordem internacional (NYE, 2010:5). Em síntese, ainda que os Estados Unidos enfrentem sérios desafios, não é certo que a ascensão chinesa será livre de obstáculos.

3) O crepúsculo do Império: apontamentos e previsões da corrente declinista

Segundo a corrente declinista, o fim da era norte-americana será consolidado pela ascensão de novos centros regionais de poder em áreas vitais do globo e pelas próprias fragilidades norte-americanas (WALT, 2011: 9). Do ponto de vista externo, o desafio mais óbvio é o chinês, especialmente em virtude do rápido crescimento econômico do país asiático e do brusco incremento no orçamento militar do exército vermelho, que tem experimentado aumentos anuais de 10% (WALT, 2012: 9). Stephen Walt, renomado autor realista, avalia que, em breve, os interesses chineses colidirão com os norte-americanos devido ao atual arranjo de alianças na Ásia, fato que atrelará China e Estados Unidos em uma custosa corrida armamentista (WALT, 2011: 10). Devido às melhores condições de crescimento da economia chinesa, parece pouco provável que o país asiático seja derrotado na disputa pela hegemonia na Ásia. Ademais, novos centros de poder – como Turquia, Índia e Brasil, têm sistematicamente desafiado a ordem norte-americana. A ascensão do G-20, na avaliação de Walt, é uma prova contundente do declínio da ordem norte-americana erguida após a Segunda Guerra Mundial (WALT, 2011: 11).

As Guerras no Afeganistão e Iraque também demonstraram os limites da capacidade militar dos Estados Unidos. Embora o poderio bélico norte-americano seja suficiente para derrotar adversários frágeis, ele se mostrou impotente na construção de novos regimes deferentes aos interesses de Washington (WALT, 2012:12). Robert Pape avalia que as duas guerras colocaram peso adicional na já extenuante tarefa de manter uma complexa rede de defesa global, fato que acelerou o declínio do império norte-americano (PAPE, 2009: 1). As incursões militares pós-onze de setembro, as longas campanha para impedir Irã e Coreia do Norte de obter armas nucleares e o aumento dos compromissos estratégicos dos Estados Unidos na Europa Oriental esgotaram a capacidade norte-americana de agir na Ásia, centro da disputa de poder global (PAPE, 2009: 3). Para Pape, no entanto, a postura unilateral norte-americana demonstra um problema ainda maior: a arrogância dos políticos em Washington, vício que será o instrumento final na derrocada do império norte-americano (PAPE, 2009: 6). Segundo Martin Jacques, a arrogância é um fenômeno comum em potências declinantes, incapazes de se dissociar do seu papel de outrora e ansiosas para se agarrar ao *status quo* (JACQUES, 2012: 630). Jacques avalia que a arrogância da administração Bush, imbuída da certeza da infalibilidade do poder norte-americano, acelerou o

processo de declínio dos Estados Unidos e conferiu grande vantagem estratégica à China (JACQUES, 2012: 558).

Outro aspecto preocupante do declínio norte-americano é o esgotamento do *soft power* do modelo econômico dos Estados Unidos. Na década de 1990, os Estados Unidos foram capazes de eleger as melhores práticas e padrões econômicos internacionais e consolidar-los em um pacote conhecido como “o Consenso de Washington”, amplamente adotado por nações em desenvolvimento e economias em transição. A crise financeira de 2008-2009, no entanto, demonstrou que o próprio sistema financeiro dos Estados Unidos é corrupto e que o crescimento das últimas décadas repousava em uma bolha especulativa (WALT, 2011: 12). O modelo norte-americano, argumentam os declinistas, parece obsoleto e perde cada vez mais espaço para o paradigma do capitalismo-estatal chinês. De fato, Stefan Halper argumenta que os problemas do crescimento militar chinês e da dívida norte-americana empalidecem frente ao conflito cultural e ideológico que China e Estados Unidos estão travando atualmente (HALPER, 2010: 23). No campo de batalha das ideias, o consenso de Beijing tem logrado sucessivas vitórias sobre o consenso de Washington.

Subjacente aos problemas econômicos dos Estados Unidos, há a preocupação de que a globalização tenham se tornado um fenômeno antiamericano. Robert Pape calcula que mais da metade do declínio relativo do poder norte-americano se deve à rápida difusão da tecnologia, que torna os rivais internacionais dos Estados Unidos mais competitivos (PAPE, 2009: 3). De forma similar, Fareed Zakaria avalia que os Estados Unidos agora têm que lidar com um cenário internacional muito mais competitivo, realidade que enfatiza as deficiências norte-americanas (ZAKARIA, 2011: 2). O autor pondera que a cultura norte-americana – que incentiva o consumo e desestimula a poupança e o investimento em educação – redundou em um sistema educacional pouco competitivo: os alunos do primário norte-americano figuram em 17º entre os melhores do mundo em ciências e em 24º entre os melhores em matemática, resultados amplamente inferiores aos obtidos dez anos atrás (ZAKARIA, 2011:1). Para cada graduado norte-americano em engenharia ou em ciências, existem dois chineses formados nas mesmas especialidades (SUBRAMANIAN, 2011: 75). Da mesma forma, os Estados Unidos têm uma infraestrutura que não atende aos padrões internacionais – a 23ª melhor do mundo -, um complexo sistema tributário e uma elite política esclerosada (ZAKARIA, 2011: 5). É verdade, como muitos afirmam, que os Estados Unidos seguem melhor posicionados para inovar e criar tecnologia, no entanto, no mundo contemporâneo, a capacidade de absorver e usar novas tecnologias – uma especialidade chinesa - é ainda mais relevante do que a habilidade de inovar (SUBRAMANIAN, 2011: 75). De várias

formas, os Estados Unidos não parecem preparados para competir na própria economia internacional globalizada que ajudaram a criar.

Em várias esferas, a liderança internacional chinesa parece incontestável. Segundo Martin Jaques, a China já é a principal arquiteta da globalização: a China é a principal nação exportadora do mundo, a segunda maior investidora em pesquisa e desenvolvimento, a maior compradora de *commodities* e a principal proprietária de reservas internacionais (JACQUES, 2012: 596). Mas talvez o dado mais relevante sobre a economia chinesa seja o fato que, em 2011, ela se tornou a principal produtora industrial do mundo, posto anteriormente ocupado pelos Estados Unidos durante 110 anos (JACQUES, 2011: 597). A China também já é a nação que mais concede patentes aos seus residentes e espera-se que ela se torne a maior importadora internacional em 2014 (JACQUES, 2012: 632).

Segundo a corrente declinista, a China tem cautelosamente usado seus crescentes recursos econômicos para solapar e ignorar a ordem internacional vigente. O Banco de Desenvolvimento da China (BDC) e o Banco Chinês de Importação e Exportação (BCIE), principais instrumentos financeiros da política externa chinesa, estão gradualmente tornando o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional irrelevantes. Em 2010, o BDC e o BCIE forneceram US\$ 110 bilhões em linhas de crédito para países em desenvolvimento, enquanto o Banco Mundial disponibilizou US\$ 100 bilhões (JACQUES, 2012: 599). Segundo Stefan Halper, a oferta internacional de fundos chineses frustra a agenda internacional dos Estados Unidos e das instituições de Bretton Woods, especialmente porque os empréstimos chineses são livres de condições políticas (HALPER, 2010: 76). Beijing não busca disseminar a democracia ou abrir mercados, apenas acesso a fontes de energia e bens primários. Como resultado desse pragmatismo, a China colabora financeiramente para a manutenção de regimes autárquicos ou hostis ao Ocidente em países como Sudão, Camboja, Angola, Zimbábue, Myanmar, Irã e Venezuela (HALPER, 2010: 91). A China não apenas procura substituir as instituições internacionais associadas à hegemonia norte-americana, mas também usa a arquitetura internacional vigente para avançar sua agenda. Após aderir à Organização Mundial do Comércio, a China tem sistematicamente manipulado as regras do comércio internacional para abrir novos mercados, sem, no entanto, realizar qualquer reforma interna (KHANNA, 2012: 67).

Ainda que exista bastante controvérsia acerca do declínio dos Estados Unidos, os declinistas argumentam que, no fim das contas, o fator determinante para o fim da hegemonia norte-americana não é a queda dos Estados Unidos, mas a ascensão da China. Arvind Subramanian construiu um elaborado modelo de dominância econômica – que leva em conta o PIB, o comércio internacional e a situação creditícia das nações – que demonstra o início do domínio chinês

já em 2010 (SUBRAMANIAN, 2011: 76). O economista prevê uma queda considerável no crescimento chinês para os próximos vinte anos – cerca de 7,5% anuais contra os 11,0% vigentes na última década. Não obstante, em 2030, a China será responsável por 20% do PIB mundial (contra 15% dos Estados Unidos), o comércio internacional chinês será o dobro do norte-americano e a renda *per capita* chinesa será a metade da norte-americana (SUBRAMANIAN, 2011: 69). Nesse cenário, o sistema internacional será marcado pela unilateralidade e a China desfrutará de uma dominância econômica similar aos Estados Unidos da década de 1970 e ao Reino Unido de 1870. Subramanian é claro: mesmo as melhores reformas e uma explosão de crescimento nos Estados Unidos não alterariam o quadro geral da dominância chinesa. Inexoravelmente, o futuro está nas mãos da China e sua hegemonia só poderá ser frustrada pelas ações dos próprios chineses.

Por fim, os declinistas destacam a eficiência do Partido Comunista da China e a natureza harmoniosa e consensual da sociedade chinesa como recursos de poder que assegurarão a continuidade do crescimento e a estabilidade política do gigante asiático. Uma visão bastante disseminada no Ocidente é que a natureza autárquica do governo comunista consiste na principal fragilidade da potência chinesa (JACQUES, 2012: 574). Segundo essa visão, o modelo autárquico chinês é acometido por uma inflexibilidade crônica e, eventualmente, encontrará dificuldades para manter-se no poder (KAGAN, 2012: 133). A realidade, no entanto, é que o Partido Comunista Chinês desfruta de considerável legitimidade interna. De acordo com uma pesquisa do Instituto *Pew* realizada em 2010, 87% dos chineses expressaram satisfação com o governo comunista e com suas políticas (JACQUES, 2012: 617). Uma pesquisa independente realizada pela universidade de Harvard em 2009 concluiu que 95,9% da população chinesa está satisfeita com o governo central do PCC (JACQUES, 2012: 617). Martin Jaques avalia que a sociedade chinesa possui uma cultura política muito diferente da ocidental e que a demanda por democracia e pluralismo político simplesmente não existe na China (JACQUES, 2012: 574). Ademais, o Partido Comunista Chinês tem se mostrado hábil na utilização da abertura econômica e do crescimento produtivo como ferramentas para a manutenção do poder da legitimidade (BREMNER, 2010: 134). Na ausência de um amplo debate político e eleições, é difícil medir com exatidão a popularidade do PCC. No entanto, as bases de sustentação do regime comunista - desenvolvimento econômico e nacionalismo renovado - parecem ter se fortalecido nos últimos anos (McGREGOR, 2010: 273). A visão de um PCC esclerosado, sustentada por alguns ocidentais, também é enganosa. O partido tem se mostrado maleável e sempre disposto a combater a atrofia. Em síntese, parece claro que a China e o PCC têm sido exitosos em contestar o monopólio ocidental sobre a definição de modernidade.

4) Conclusões

A percepção da ascensão ou declínio de uma potência hegemônica é um tema fundamental das relações internacionais, não apenas da perspectiva teórica, mas do ponto de vista prático. No início do século XX, uma das principais virtudes da chancelaria do Barão do Rio Branco foi perceber que o poder havia migrado de Londres para Washington. A visão de Rio Branco conferiu grande vantagem estratégica ao Brasil, enquanto a Argentina, rival regional da República Brasileira, ainda muito associada à Inglaterra, sofreu grandes revezes (CERVO, 2008: 176). De certa forma, o destino de algumas potências médias pode repousar em uma análise acurada das capacidades relativas de poder dos Estados Unidos e da China.

A presente análise, de natureza introdutória, procurou mapear o estado da arte no que concerne o debate sobre o declínio do império norte-americano. Nesse sentido, não faz parte dos objetivos do presente estudo estabelecer conclusões rígidas sobre a longevidade da hegemonia norte-americana. No entanto, o esforço exploratório empreendido oferece algumas direções que podem ajudar pesquisas futuras a navegar o mar de incertezas que é inerente ao tema da ascensão e queda de grandes potências.

Em primeiro lugar, parece claro que a crise enfrentada atualmente pelos Estados Unidos é inédita em alcance e impacto. Não apenas o Gigante Ocidental enfrenta sérios desafios estratégicos derivados da ascensão de um poderoso competidor, como também a economia norte-americana parece sofrer como mazelas estruturais importantes. Ainda mais relevante é o fato de que as forças da globalização - que outrora catalisaram a primazia produtiva dos Estados Unidos - parecem estar favorecendo a lenta corrosão da posição competitiva das empresas norte-americanas. Nada disso sugere que os Estados Unidos não podem se recuperar, como já fizeram inúmeras vezes. No entanto, a atual realidade torna uma recuperação norte-americana plena bastante improvável, especialmente no contexto da esclerose e apatia do sistema político dos Estados Unidos.

Em segundo lugar, é cada vez mais claro que a abertura econômica e a ascensão política não solapam o poder do Partido Comunista da China. O crescimento da economia chinesa e a restauração do nacionalismo como movimento de massa consolidaram a posição do PCC como a manifestação política legítima da civilização chinesa. De fato, o único cenário provável no qual o PCC seja ameaçado é na forma de uma queda abrupta do desempenho econômico chinês. Nesse sentido, é quase certo que os Estados Unidos deverão se engajar com um rival estratégico autoritário e hostil à agenda democrática-liberal de Washington.

Em terceiro lugar, uma das características definidoras da superpotência chinesa (se ela realmente se estabelecer) será o fato de que a China é um país autocrático em desenvolvimento. Nesse sentido, grande parte dos recursos

chineses deverá ser concentrado nos desafios internos que o país enfrenta, como poluição, migração rural e infraestrutura. Ademais, a ação externa chinesa seguirá pragmática, com pouco interesse em promover a exportação dos valores chineses e do modelo de desenvolvimento do capitalismo estatal.

Em quarto lugar, é importante destacar que crescimento econômico não se traduz imediatamente em influência política. Ainda que mercados emergentes sejam excelentes oportunidades para investimento e exportações, isso não os converte imediatamente em potências. Além disso, os Estados Unidos somente se tornaram a maior potência mundial muitos anos após terem se tornado a maior economia do mundo. Nesse sentido, ainda que a China se torne a maior economia global nos próximos anos, a potência asiática ainda terá que percorrer um longo caminho até superar a primazia militar e a hegemonia cultural de Washington.

Em quinto lugar, o analista das relações internacionais deve se precaver contra previsões que rompam radicalmente com movimentos históricos de longa duração. O crítico literário britânico Sir Frank Kermode observou, em sua obra *The sense of Ending*, que os seres humanos precisam de uma ilusão de narrativa em suas vidas, um sentido de início e fim. Segundo o jornalista Francis Wheen, a necessidade psicológica de encerramento foi justamente a origem de tantas teóricas sociais simplistas e equivocadas - como o Fim da História de Francis Fukuyama - após o final da Guerra Fria (WHEEN, 2007: 84). Embora seja tentador observar o crescimento chinês e as dificuldades norte-americanas como o fim de um período de séculos de dominação ocidental, é necessário reconhecer que a realidade provavelmente seja um pouco menos definitiva e, por consequência, complexa.

Em conclusão, embora seja impossível estabelecer com precisão as características da ordem internacional vindoura, podemos avaliar a probabilidade de alguns cenários ocorrerem. O cenário de uma China agressiva e amplamente contestadora da ordem vigente é bastante improvável, notadamente no contexto das preocupações domésticas chinesas e na manutenção da hegemonia militar dos Estados Unidos. Ademais, cenários de plena cooperação entre as duas grandes potências ou de uma aceitação chinesa da ordem vigente são pouco prováveis, dada a natureza autárquica da China e a sua percepção de superioridade cultural e dívida histórica. Nesse sentido, o cenário mais provável é o marcado por uma gradual e lenta perda de poder por parte dos Estados Unidos, enquanto a China se manterá combativa apenas em temas essenciais, mas não abolirá completamente a ordem atual, por falta de recursos ou por ausência de assertividade. Uma vez que a hegemonia chinesa não será plenamente realizada no futuro próximo, os Estados Unidos podem iniciar um processo de recuperação, como já ocorreu anteriormente. A China, por sua vez, pode enfrentar seus próprios problemas e ter sua ascensão frustrada. Seja como for, parece cedo demais se escrever o obituário do império norte-americano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. **Por que as nações Fracassam**. São Paulo: Campus, 2012.

ALTMAN, Roger; HAASS, Richard. American Profligacy and American Power. *Foreign Affairs*, Nova York, V. 89, N.6, p. 25-34, Nov/Dec 2010.

BARDHAN, Pranab. **Awakening Giants: Feet of Clay**. Princeton: Princeton Press, 2010.

BREMMER, Ian. **Every Nation for Itself**. Nova York: Penguin Group, 2012.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. 3ª Edição. Brasília: Editora UnB, 2008.

CHU, Kathy. Most Americans think China is No. 1 economy; it isn't. disponível em: http://usatoday30.usatoday.com/money/economy/2011-02-14-chinapoll14_ST_N.htm. Acesso: 20 de novembro de 2012.

DADUSH, Uri; SHAW, William. **Juggernaut: How Emerging Markets Are Reshaping Globalization**. Washington: Carnegie Endowment For International Peace, 2011.

DUECK, Colin. **Hard Line: The Republican Party and U.S. Foreign Policy since World War II**. Princeton: Princeton University Press, 2010.

ECONOMY, Elizabeth. The Game Changer. *Foreign Affairs*, Nova York, V. 89, N.6, p. 142-153, Nov/Dec 2010.

FRIEDBERG, Aaron. Hegemony with Chinese Characteristics . *National Interest*, Washington, V.1, N. 114, p. 18-28, Jul/Ago 2011.

FERGUSON, Niall. Complexity and Colapse. *Foreign Affairs*, Nova York, V. 89, N.2, p. 18-32, Mar/Abr 2010.

HAASS, Richard. The Age of Nonpolarity. *Foreign Affairs*, Nova York, V. 87, N.3, p. 44-56, Mai/Jul 2008.

HALPER, Stefan. **The Beijing Consensus**. Nova York: Basic Books, 2010.

HOOK, Steven; SPANIER, John. American Foreign Policy Since World War II. Nova York: CQ Press, 2010.

IKENBERRY, John G. Liberal Leviathan. Princeton: Princeton Press, 2011.

JAQUES, Martin. When China Rules the World. Nova York: Penguin Pres, 2012.

JOFFE, Josef. The Default Power . *Foreign Affairs*, Nova York, V. 88, N.5, p. 21-35, Set/Out 2009.

KAGAN, Robert. The World America Made. Nova York: Alfred A. Knopf, 2012.

KEOHANE, Robert. Hegemony and After. *Foreign Affairs*, Nova York, V. 91, N.4, p. 114-118, Jul/Aug 2012.

KHANNA, Christopher. The Surge of the Second World . *National Interest*, Washington, V.1, N. 119, p. 62-70, Mai/Jun 2012.

KUPCHAN, Charles A. No One's World. Nova York: Oxford Press, 2012

LAKE, David A. Hierarchy in International Relations. New York: Cornell Paperbacks, 2010.

LAYNE, Christopher. The Global Power Shift from West to East . *National Interest*, Washington, V.1, N. 119, p. 21-30, Mai/Jun 2012.

LIEBER, Robert. Can the US Retain Primacy? Disponível em: <http://israelcfr.com/documents/5-3/5-3-4-RobertJLieber.pdf>. Acesso em 13 de novembro de 2012.

McGREGOR, Richard. The party: The Secret World of China's Communist Rulers. Nova York: HapersCollins, 2010.

MORRIS, Ian. Why The Rest Rules - For Now. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2010.

NYE, Joseph. The Future of American Power. *Foreign Affairs*, Nova York, V. 89, N.6, p. 2-12, Nov/Dec 2010.

O'NEILL, Jim. O Mapa do Crescimento - Oportunidades Econômicas Nos Brics e Além Deles. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2012.

PACKER, George. The Broken Contract. *Foreign Affairs*, Nova York, V. 90, N.6, p. 20-31, Nov/Dez 2012.

PAPE, Robert. Empire Falls. *National Interest*, Washington, V.1, N. 101, p. 01-15, Jan/Fev 2009.

PEI, Minxin. Superpower Denied? Why China's 'Rise' May Have Already Peaked. Disponível: <http://thediplomat.com/2012/08/09/superpower-denied-why-chinas-rise-may-have-already-peaked/>. Acesso em 13 de novembro de 2012.

SEGAL, Gerald. Does China Matter? *Foreign Affairs*, Nova York, V. 78, N.5, p. 11-20, Set/Out 1999.

SPENCE, Michael. The Impact of Globalization on Income and Employment. *Foreign Affairs*, Nova York, V. 90, N.4, p. 28-41, Jul/Aug 2011.

SUBRAMANIAN, Arvind. Eclipse: Living in the Shadow of China's Economic Dominance. Washington: Peterson Institute for International Economics, 2011.

_____. The Inevitable Superpower. *Foreign Affairs*, Nova York, V. 90, N.5, p. 66-78, Set/Out 2012.

WALT, Stephan. The End of the American Era. *National Interest*, Washington, V.1, N. 116, p. 6-17, Nov/Dec 2011.

WHEEN, Fancis. **Como a Picaretagem Dominou o Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ZAKARIA, Fared. **O Mundo Pós-Americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. Are America's Best Days Behind Us? Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,2056723,00.html>. Acesso em 13 de novembro de 2012.

Recebido em abril de 2013
Aprovado em maio de 2013